



Relatório e Contas

Exercício 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra, vem apresentar e submeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2022, para que seja apreciado pelo órgão deliberativo a correspondente Conta Anual da Associação.

Este é, sem dúvida, um ato da maior importância e significado para a nossa Instituição, no qual, de uma forma responsável e transparente, a direção apresenta o desempenho do ano económico que agora termina, permitindo aos nossos Associados a sua avaliação.

Este é, também, o momento oportuno para que os Senhores Associados possam questionar-nos sobre matérias que suscitem dúvidas e/ou preocupações e sugerir a adoção de medidas que entendam mais adequadas para a nossa Associação.

Este relatório tem como objetivos:

1. Explicitar os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Instituição, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
2. Apresentar a situação económica e financeira relativa ao período, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;

3. Apresentar as demonstrações financeiras do período de 2022, elaboradas no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Neste momento o que se avalia é o desempenho da direção, por comparação não só com o que estimou de forma ambiciosa na proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2022 como também, por comparação, com a execução do exercício económico de 2021, o que permite aos sócios apurarem o estado de evolução da Associação.

AGRADECIMENTOS

No decurso do exercício das nossas funções sempre encontramos nos Sócios, Colaboradores da Associação, nos Fornecedores, nos Parceiros, na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, na Câmara Municipal de Coimbra, nos amigos e na população em geral, a colaboração necessária e o empenhamento necessários para ultrapassar as dificuldades.

Espera assim, a Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra (AHBVC), com a maior humildade, que as caras e os caros sócios se revejam nestes documentos, esperando igualmente merecer a aprovação deste Relatório e Contas da gerência, relativo ao exercício de 2022, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal, conforme a alínea c) do artigo 30º dos Estatutos.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

“Nunca mudes o fim, muda o caminho”

O ano de 2022 foi simultaneamente complexo e desafiante.

Complexo, porque ainda marcado pelos efeitos do Covid19 a que se associou a guerra na Europa e uma conjuntura macroeconómica inflacionista e instável, com relevantes impactos económicos e sociais na vida dos nossos concidadãos.

Desafiante, porque a estratégia para o mandato - e 2022 foi o primeiro ano do mandato - está centrada nas pessoas, no seu bem estar e na qualidade e eficácia como as servimos na proteção, na emergência e no socorro das suas vidas ou como as ajudemos a mitigar as suas vulnerabilidades para repor ou manter o direito à sua dignidade.

Num ano de enormes desafios, é com muito orgulho que partilho os excelentes resultados conseguidos por toda uma equipa, que vai da direção ao comando, passando pelos órgãos sociais, por todos os bombeiros, colaboradores e amigos.

Pautámos a gestão por um equilíbrio responsável capaz de garantir a sustentabilidade económica e financeira da Associação e do seu Corpo de Bombeiros. Atuámos com uma cultura de rigor, transparência e harmonia, e ainda promovemos e agimos sobre a sustentabilidade social e ambiental.

Assim,

- melhorámos de forma substantiva a organização e gestão administrativa e financeira, a resposta aos sócios e o ambiente interno de partilha de dificuldades e soluções. Desta forma foi possível, por exemplo, manter sempre as receitas superiores às despesas correntes e superar largamente as nossas metas, em termos de proveitos com a quotização de sócios, donativos e prestação de outros serviços. Vivemos com mais harmonia e confiança entre nós e no futuro;
- obtivemos resultados líquidos positivos do exercício de cerca de 24 mil euros, recuperando mais de 52 mil euros em relação ao exercício anterior; aumentámos os rendimentos, os capitais próprios, a liquidez e a autonomia financeira da Associação e passámos a dispor de uma tesouraria equilibrada;

- melhorámos o portfólio de serviços e, de forma significativa, a operacionalidade do nosso Corpo de Bombeiros que dá, cada vez mais, uma resposta pronta, eficaz e qualificada, fruto de contínua e adequada capacitação e treino. Estes factos traduziram-se num aumento de receitas, diretas e indiretas, neste exercício e que se irão projetar para o próximo. São exemplo o aumento de quase 75% das ocorrências e de 128% dos serviços pré-hospitalar;
- caminhámos, com passos firmes e sustentáveis, para a profissionalização da gestão, do atendimento e do comando;
- no âmbito social, cumprimos com a prometida aquisição de um veículo de transporte de doentes não urgentes, tão justamente reclamada pelos sócios, comprando a Ambulância de Transporte Múltiplo (ABTM), a qual permite o transporte simultâneo em maca, em cadeira-de-rodas e em bancos;
- avançámos com o reforço da função humanitária, dando corpo ao Programa “Sim à Vida”, contratando uma bombeira voluntária como técnica superior de Serviço Social, iniciando o processo de visitas/cuidados domiciliárias na baixa de cidade a pessoas vulneráveis ou muito vulneráveis e criámos uma rede colaborativa de cuidados, com mais de 25 parceiros, cujos impactos serão visíveis no exercício de 2023;
- executámos um conjunto de ações de formação, em particular junto das escolas, maioritariamente do ensino básico e secundário, com realce para o programa “Sensibilizar para Proteger”;
- contribuímos para a sustentabilidade ambiental, começando por introduzir uma prática e cultura de poupança energética e hídrica e de redução das emissões de carbono. Esta redução começou a ser feita pela renovação da frota. Abateram-se 3 veículos, velhos e de grande produção de CO₂, e adquiriram-se 2 novas ambulâncias com a menor emissão de CO₂ possível, tendo sido este um factor importante na escolha. Realce ainda para a aquisição de bicicletas elétricas, já em utilização nas visitas domiciliárias na baixa de Coimbra.

Por outro lado houve duas atividades relevantes que ficaram por realizar.

A primeira, e mais importante, foi o compromisso de “Promover o conforto coletivo e individual: criar condições para que os Bombeiros se sintam bem nas instalações e que estas condições sejam atrativas à sua permanência no Quartel”, que estava no topo das prioridades e que fomos incapazes de cumprir na sua parte mais substantiva. Tal deve-se ao facto de termos recebido

um quartel novo com problemas graves por resolver. Embora já estivessem identificados problemas de infiltrações, nas primeiras chuvas tivemos inundações indescritíveis no Quartel e na parada, riscos sérios no sistema elétrico, falta sistemática de luz e água quente, degradação generalizada e perigosa de todo o edifício, etc., o que nos levou a atuar com todos os meios que dispúnhamos, com persistência e critério, mas até agora sem resolução. Não nos preocupou herdar uma dívida de 120 mil euros para pagar o novo Quartel, mas sim preocupou-nos não dar condições condignas para o uso devido das nossas bombas e bombeiros.

Uma segunda atividade por cumprir foi não encontrarmos uma solução para o problema de estacionamento das viaturas operacionais.

Mas podem contar connosco para melhorar as condições para o exercício de funções e competências de cada um, e para valorização do trabalho como chave para o desenvolvimento humano harmonioso.

Acreditámos e persistimos na mudança! Com compromisso, zelo, dedicação, ponderação, vamos unir esforços e continuar a ousar mudar a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra, para melhor servir a sua comunidade.

Em paralelo, com o ousar fazer coisas novas, vamos continuar a exigir o apoio institucional para que a Associação e o seu Corpo de Bombeiros sejam reconhecidos, valorizados e uma referência na comunidade.

A palavra final é de **esperança** porque confiamos na capacidade do comando e do seu corpo ativo, na equipa de gestão, nos colaboradores, na bondade e ajuda dos sócios e dos amigos. Esperança numa constante mudança, sempre com mais qualidade. Esperança que se renova com energia, com afecto e com inteligência.

O Presidente,

João Vasco Ribeiro

22 de março de 2023.

Relatório de Atividades

A atual direção tomou posse em 21 de janeiro de 2022, a par com os restantes órgãos sociais. Apresentou a sua candidatura suportada num documento intitulado “O Compromisso e o Plano de Desenvolvimento” para o mandato 2022-2024 e sobre o lema “Sim à Vida”.

O Compromisso de união dos membros dos órgãos sociais, no cumprimento das funções estatutárias que lhe cabem, sempre foi o de trabalharem para o propósito de garantir a sustentabilidade e a transparência institucional, a operacionalidade do seu corpo de bombeiros e a profissionalização do comando, além do envolvimento e participação cívica na cidade. Propósitos que, num tempo de enorme incerteza, teve que ir sendo afeiçoado às circunstâncias, sem nunca pôr em causa a finalidade humanitária da Associação, a sua missão e os seus valores.

O Plano de Desenvolvimento estabeleceu quatro eixos estratégicos orientadores, a saber:

- I. Envolver a Associação e o seu Corpo Bombeiros, de forma ativa, participativa e reconhecida na vida da comunidade e da cidade e no apoio aos seus associados;
- II. Promover e valorizar Voluntários e Profissionais;
- III. Aproveitar a transição digital para a modernização administrativa;
- IV. Promover novos e inovadores serviços á comunidade no âmbito da saúde e solidariedade social;

No contexto do Eixo Estratégico I, desenvolvemos diversas iniciativas para incentivar um maior conhecimento e a participação da sociedade na atividade humanitária da AHBVC, para ajudar a proteger os direitos dos cidadãos. Nomeadamente, caminhamos para a profissionalização do atendimento, começando por atualizar alguns módulos da central telefónica e a capacitar alguns recursos para um atendimento mais profissional ao sócio e ao comum cidadão; começamos a desenvolver a atualização da base de dados de sócios, aproveitando para dar a conhecer os seus direitos, deveres e benefícios, além

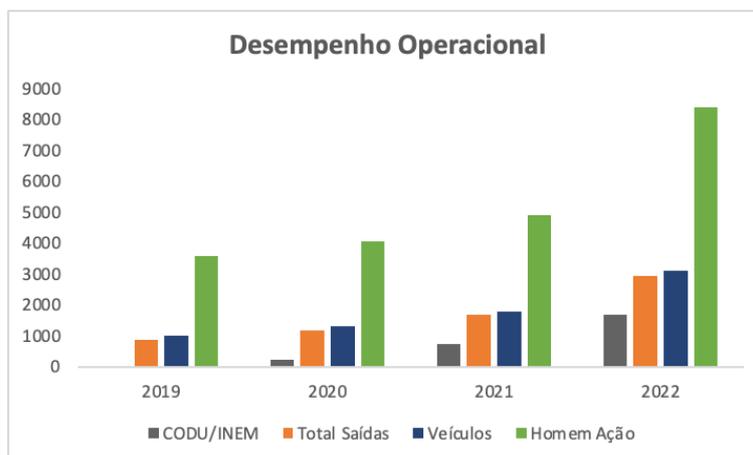
de estabelecer protocolos em que são garantidos benefícios especiais aos bombeiros, colaboradores e sócios da Associação; Iniciamos a atualização do site e as redes sociais da Associação, promovendo maior aproximação à comunidade; Realizamos campanhas de promoção, melhoria da comunicação interna e externa, para fortalecimento da marca da Associação, aumentando a visibilidade à atividade dos bombeiros, e aproveitando para captação de novos sócios e angariação de novos recursos financeiros, como por exemplo doações e campanhas de IRS solidário, tendo esta última campanha tido já um aumento de, aproximadamente, 42% relativamente ao período anterior.

Além das iniciativas referidas, esta Direção sempre teve como compromisso a promoção da sustentabilidade económica e financeira da Associação, com a meta de manter sempre a despesa corrente controlada, aumentar a base de sócios pagantes, crescendo em receitas de sócios e donativos. Os compromissos foram alcançados, tendo, inclusive, a receita de sócios superado os últimos anos de que temos registo, como pode ser visto no gráfico evolutivo desta rúbrica.



Outra orientação estratégica foi ter sempre em foco a valorização dos bombeiros, voluntários e profissionais, garantindo a melhoria contínua da operacionalidade. Vários investimentos foram feitos no sentido de garantir o suporte adequado ao bom funcionamento do Corpo de Bombeiros, o que se traduziu num aumento de quase 75% tanto nas saídas para ocorrências,

quanto no empenhamento de veículos e pessoal, relativamente ao ano de 2021. Em termos de transporte pré-hospitalar, o aumento foi ainda mais significativo, com expressivos 128%, comparativamente ao ano anterior.



A transição digital e a integração do sistema de informação da Associação têm permitido um maior controle dos processos administrativos, representando uma oportunidade para melhorarmos os níveis de produtividade e eficiência, além de reduzir os custos dos processos e de agilizar a rotina diária dos colaboradores da Associação.

Em paralelo à parte logística, financeira e operacional, nunca podemos esquecer o caráter humanitário da nossa Associação, e foi neste sentido que começamos a delinear os contornos dos novos e inovadores serviços à comunidade no âmbito da saúde e da solidariedade social, na materialização do Projeto “SIM À VIDA”, que tem como missão responder às necessidades dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

É fundamental que a Associação assente e reforce a sua estratégia centrada nas pessoas, alinhando-se com as políticas públicas e crie condições para estar, agora e no futuro, mais preparada e resiliente às crises, aproveitar a transição digital e a transição ecológica, garantindo não só a sustentabilidade económica e financeira da Associação, mas contribuindo para a sustentabilidade ambiental e social.

ORGÃOS SOCIAIS

	Cargo	Nome
ASSEMBLEIA GERAL	Presidente	Maria Isolina Pinto Mesquita
	Vice-Presidente	Paula Margarida Cabral dos Santos Veiga
	Secretários	Joana Cláudia Mendes S F Baptista José Manuel Nunes Romão
DIREÇÃO	Presidente	João Vasco da Fonseca Jorge Ribeiro
	Vice-Presidente	Ana Teresa Almeida Santos
	Vice-Presidente	Alexandre Gomes da Silva
	1º Secretário	António Gomes Costa
	2º Secretário	Maria Emilia Carvalho Homem
	Tesoureiro	Carlos Jorge Correia Balteiro
	Tesoureiro Adjunto	José Miguel Vasques dos Santos Franco
	Vogais	Ariadne Grillo Pacheco Pedro Miguel Lima Andrade de Matos Geirinhas
CONSELHO FISCAL	Presidente	Daniel Martins Geraldo Taborda
	Secretário	João Ramallete Carvalho
	Relator	Nuno Paiva da Cunha

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Associação, referente ao encerramento do exercício estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Fundos Patrimoniais, é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

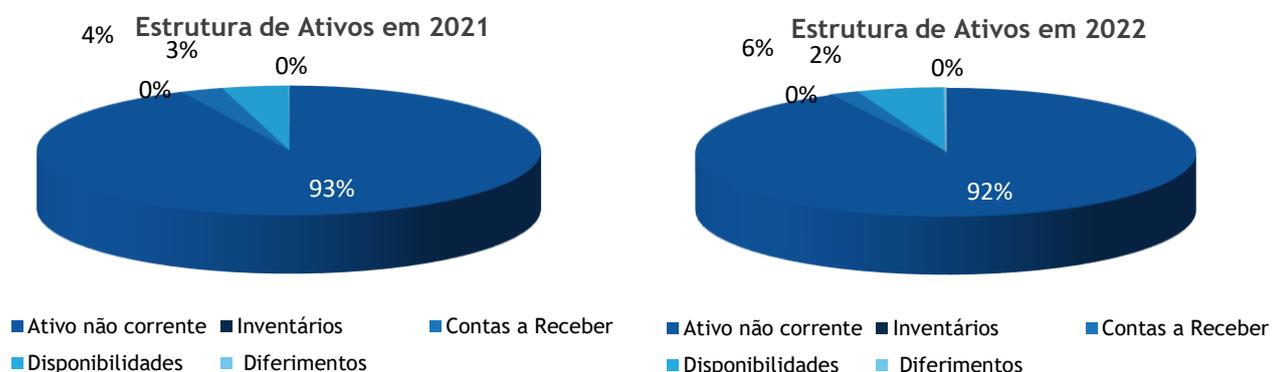
A estrutura da Associação, bem como a sua evolução no exercício 2022, face ao balanço final à data de 31/12/2022, é a que a seguir se apresenta:

Descrição	Exercício 2022		Exercício 2021		Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo não corrente	2 109 717,59	92,33%	2 089 708,57	92,95%	20 009,02
Existências		0,00%		0,00%	0,00
Dívidas de terceiros	44 109,86	1,93%	61 061,64	2,72%	-16 951,78
Disponibilidades	128 253,40	5,61%	95 782,03	4,26%	32 471,37
Diferimentos	2 903,36	0,13%	1 702,42	0,08%	1 200,94
Ativo	2 284 984,21	100,00%	2 248 254,66	100,00%	36 729,55
Fundo Social	1 968 726,20	98,80%	1 998 831,07	101,46%	-30 104,87
Resultados	23 971,47	1,20%	-28 713,92	-1,46%	52 685,39
Fundos Próprios	1 992 697,67	100,00%	1 970 117,15	100,00%	22 580,52
Dívidas a terceiros - M/L prazo	139 439,14	47,71%	102 616,18	35,11%	36 822,96
Dívidas a terceiros - curto prazo	152 847,40	52,29%	175 521,33	63,11%	-22 673,93
Diferimentos		0,00%		0,00%	0,00
Passivo	292 286,54	100,00%	278 137,51	98,21%	14 149,03

Tabela 1 – Balanço Análise da Estrutura 2022 vs. 2021

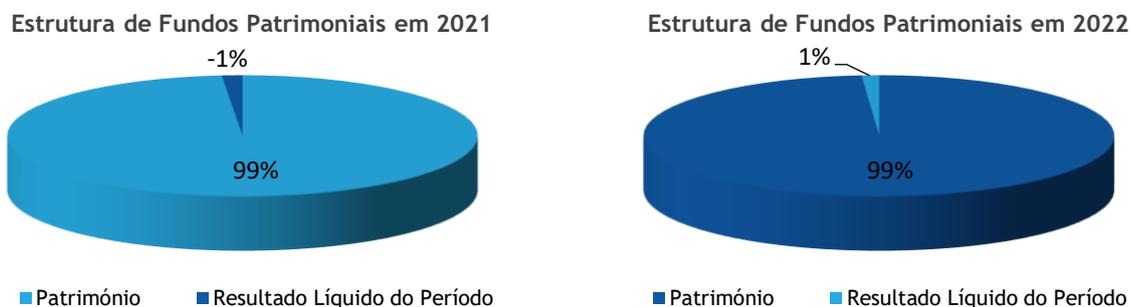
Pelos valores apresentados constata-se que o Ativo aumentou mais de 36 mil euros neste período, as disponibilidades aumentaram em mais de 32 mil euros e os fundos próprios aumentaram mais de 22 mil euros.

Estrutura dos Ativos



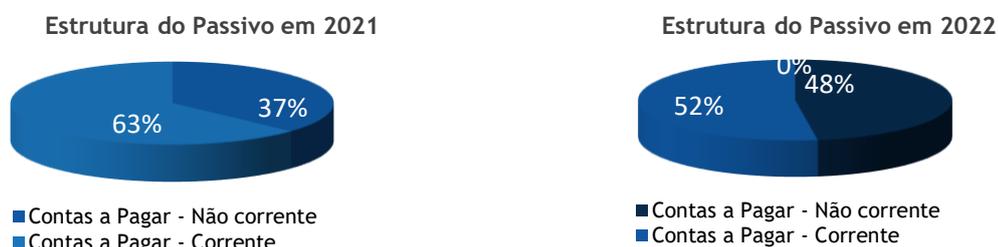
Conforme se pode verificar graficamente, as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram na rubrica do ativo não corrente, composta essencialmente, pelos Ativos Fixos Tangíveis.

Estrutura dos Fundos Patrimoniais



À data de 31 de dezembro de 2022, os Fundos Patrimoniais da Instituição eram de 1.968.726,20 euros. O Resultado Líquido do Período cifrou-se nos 23.971,47 euros positivos.

Estrutura do Passivo



O Passivo da Associação resume-se a duas rubricas: contas a pagar a curto prazo com 152.847,40 euros, onde se incluem rubricas como fornecedores e Estado, e contas a pagar a médio e longo prazo com 139.439,14 euros onde se enquadram os empréstimos bancários e leasings.

Demonstração de Resultados por Naturezas

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 629.594,24€ e de rendimentos no valor de 653.565,71€. Desta situação resultou um resultado líquido positivo de 23.971,47€ que se reflete do seguinte modo:

Descrição	Exercício 2021		Orçamento 2022		Exercício 2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos						
Custo das mercadorias vendidas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	162 633,85	32,74%	164 811,00	27,86%	168 122,86	26,70%
Gastos com o pessoal	270 408,68	54,43%	358 980,70	60,67%	391 190,31	62,13%
Gastos de depreciação e amortização	33 891,45	6,82%	64 872,77	10,96%	61 570,78	9,78%
Perdas por imparidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	26 991,10	5,43%	444,00	0,08%	6 069,95	0,96%
Gastos e perdas de financiamento	2 830,66	0,57%	2 557,76	0,43%	2 640,34	0,42%
Total	496 755,74	100,00%	591 666,23	100,00%	629 594,24	100,00%
Rendimentos						
Vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Prestações de serviços	86 972,50	18,58%	112 000,00	18,08%	98 163,36	15,02%
Subsídios, doações e legados à exploração	346 770,69	74,09%	447 350,00	72,23%	490 137,37	74,99%
Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	34 298,63	7,33%	60 025,20	9,69%	65 264,98	9,99%
Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	468 041,82	100,00%	619 375,20	100,00%	653 565,71	100,00%
Resultado Líquido do Exercício	-28 713,92		27 708,97		23 971,47	

Tabela 2 – Demonstração dos Resultados Executado vs. Orçamentado

Uma análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, o maior peso se concentra nos gastos com Pessoal (62,13%), logo seguido dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros (26,70%).

Relativamente aos rendimentos verifica-se que a sua origem está repartida maioritariamente, pelas prestações de serviços (15,02%) e Subsídios à Exploração (74,99%).

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra
Exercício - 2022

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	Execução	Orçamento	Execução	Variação
Descrição	2021	2022	2022	2021 vs 2022
Gastos e Perdas				
61 Custo das mercadorias vendidas	0,00	0,00	0,00	0,00
62 Fornecimentos e serviços externos	162 633,85	164 811,00	168 122,86	5 489,01
63 Gastos com o pessoal	270 408,68	358 980,70	391 190,31	120 781,63
64 Gastos de depreciação e amortização	33 891,45	64 872,77	61 570,78	27 679,33
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos e perdas	26 991,10	444,00	6 069,95	-20 921,15
69 Gastos e perdas de financiamento	2 830,66	2 557,76	2 640,34	-190,32
Totais Classe	496 755,74	591 666,23	629 594,24	132 838,50

Tabela 3 – Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o período de 2022 foi de 591.666,23 euros. O realizado foi de 629.594,24 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio negativo de 37.928,01 euros. Apesar do gasto ter sido superior ao que foi orçamentado, o mesmo foi claramente suportado pelo aumento das receitas, não tendo impactado o resultado líquido final.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra
Exercício - 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS GASTOS	Execução	Orçamento	Execução	Variação
	2021	2022	2022	2021 vs 2022
62 FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	162 633,85	164 811,00	168 122,86	5 489,01
621 SUBCONTRATOS	0,00		0,00	0,00
622 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	91 563,22	84 904,00	67 713,13	-23 850,09
6221 TRABALHOS ESPECIALIZADOS	36 273,08	32 400,00	8 177,75	-28 095,33
6222 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	120,00	1 980,00	3 767,03	3 647,03
6223 VIGILANCIA E SEGURANÇA	694,95	720,00	87,95	-607,00
6224 HONORÁRIOS (Cobradores-Percentagem Quotizações)	16 103,11	12 000,00	17 644,40	1 541,29
6225 COMISSÕES	0,00	8 404,00	0,00	0,00
6226 CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	36 712,60	28 200,00	36 374,33	-338,27
6228 OUTROS - SERVIÇOS BANCÁRIOS	1 659,48	1 200,00	1 661,67	2,19
623 MATERIAIS	7 979,18	8 640,00	23 408,39	15 429,21
6231 FERRAM. E UTENS. DESG. RAPIDO	3 886,37	4 200,00	21 422,27	17 535,90
6232 LIVROS E DOC. TÉCNICA/REVISTAS	0,00	240,00	30,10	30,10
6233 MATERIAL DE ESCRITÓRIO	3 788,16	3 600,00	1 956,02	-1 832,14
6234 ARTIGOS PARA OFERTA	304,65	600,00	0,00	-304,65
624 ENERGIA E FLUIDOS	33 918,51	39 045,00	42 634,36	8 715,85
6241 ELECTRICIDADE	7 329,23	7 800,00	8 685,72	1 356,49
6242 COMBUSTÍVEIS	21 695,42	26 025,00	31 642,22	9 946,80
6243 AGUA	4 275,32	4 500,00	2 128,66	-2 146,66
6248 OUTROS	618,54	720,00	177,76	-440,78
625 DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	150,78	422,00	588,95	438,17
6251 DESLOCAÇÕES E ESTADAS	150,78	242,00	588,95	438,17
6252 TRANSPORTES DE PESSOAL				0,00
6253 TRANSPORTE DE MERCADORIAS		180,00		0,00
626 SERVIÇOS DIVERSOS	29 022,16	31 800,00	33 778,03	4 755,87
6261 RENDAS E ALUGUERES	408,82	540,00	616,44	207,62
6262 COMUNICAÇÃO	4 458,43	4 500,00	5 265,75	807,32
6263 SEGUROS	6 012,39	6 240,00	4 983,22	-1 029,17
6265 CONTENCIOSO E NOTARIADO	140,71	0,00	146,44	5,73
6266 DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	56,46	1 800,00	0,00	-56,46
6267 LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	17 829,37	18 000,00	19 677,94	1 848,57
6268 OUTROS SERVIÇOS	115,98	720,00	3 088,24	2 972,26

Tabela 4 – Fornecimentos e Serviços Externos (Executado vs. Orçamentado)

Da análise do quadro anterior, constata-se que a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos teve uma variação negativa de 5.489,01 euros face ao orçamentado, justificado em grande medida pelo incremento das rubricas de ferramentas e utensílios e energia e combustíveis, apesar da diminuição de valores alocados aos trabalhos especializados.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra
Exercício - 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS GASTOS	Execução	Orçamento	Execução	Variação
	2021	2022	2022	2021 vs 2022
63 GASTOS COM PESSOAL	270 408,68	358 980,70	391 190,31	120 781,63
632 REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	237 789,14	303 056,15	344 240,49	106 451,35
6321-6327 VENCIMENTO BASE	127 340,34	191 056,15	192 088,97	64 748,63
6328 COMPENSAÇÃO Bombeiros Voluntários	110 448,80	112 000,00	152 151,52	41 702,72
634 INDEMNIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
635 ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	24 301,66	37 513,46	35 816,24	11 514,58
636 SEGUROS DE ACIDENTES TRABALHO	7 284,40	8 411,09	6 621,78	-662,62
637 GASTOS ACÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	23,95	23,95
638 OUTROS GASTOS COM PESSOAL	1 033,48	10 000,00	4 487,85	3 454,37

Tabela 5 – Gastos com pessoal (Executado vs. Orçamentado)

A rubrica de gastos com pessoal registou um total de 391.190,31 euros e um aumento face a 2021 de 120.781,63 euros, justificado não só pelo aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida como também pelo aumento do valor de compensações aos bombeiros voluntários. Este valor foi, em parte,

compensado no lado da receita com o subsídio da Câmara Municipal de Coimbra e da ANEPC - relativo à comparticipação das duas equipas EIP.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra
Exercício - 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	Execução	Orçamento	Execução	Variação
GASTOS	2021	2022	2022	2021 vs 2022
68 OUTROS GASTOS E PERDAS	26 991,10	444,00	6 069,95	-20 921,15
681 IMPOSTOS	121,86	144,00	48,75	-73,11
688 OUTROS	26 869,24	300,00	6 021,20	-20 848,04
6881 CORREÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIOR	26 619,15	0,00	5 507,13	-21 112,02
6881 OUTROS	250,00	300,00	514,07	264,07

Tabela 6 – Outros Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

A rubrica de Outros Gastos e Perdas registou um total de 6.069,95 euros, valor superior ao orçamentado. Este desvio, deve-se essencialmente à consideração de despesas de anos anteriores no ano de 2022.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra
Exercício - 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	Execução	Orçamento	Execução	Variação
Descrição	2021	2022	2022	2021 vs 2022
(valores em euros)				
Rendimentos e Ganhos				
71 Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72 Prestações de serviços	86 972,50	112 000,00	98 163,36	11 190,86
73 Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
74 Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Subsídios, doações e legados à exploração	346 770,69	447 350,00	490 137,37	143 366,68
76 Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
77 Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos e ganhos	34 298,63	60 025,20	65 264,98	30 966,35
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais Classe	468 041,82	619 375,20	653 565,71	185 523,89

Tabela 7 – Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

O total de rendimentos e ganhos realizado foi de 653.565,71 euros. No ano de 2021 o realizado foi de 468.041,82 euros, registando-se, assim, uma variação positiva no valor de 185 mil euros.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra
Exercício - 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	Execução	Orçamento	Execução	Variação
GASTOS	2021	2022	2022	2021 vs 2022
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	86 972,50	112 000,00	98 163,36	11 190,86
722 QUOTIZAÇÕES E JOIAS	44 423,55	55 000,00	55 519,23	11 095,68
723 PROMOÇÕES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PATROCINADORES	0,00	2 000,00	0,00	0,00
724 RENDIMENTOS DE PATROCINADORES E COLABORAÇÕES	0,00	5 000,00	0,00	0,00
728 OUTROS	42 548,95	50 000,00	42 644,13	95,18
7281 Serviço de Ambulâncias	39 190,97	45 000,00	9 418,75	-29 772,22
7282 Serviço de Auto Tanque	0,00	4 000,00	2 450,00	2 450,00
7283 Outros Serviços	3 357,98	1 000,00	30 775,38	27 417,40

Tabela 8 – Prestações de Serviços (Executado vs. Orçamentado)

Esta rubrica registou um total de 98.163,36 euros, sendo que a rubrica mais significativa é a de “Outros Serviços” onde se incluem os serviços de

prevenção em eventos e provas com um montante global de 30.775,38 euros. As quotizações e jóias aumentaram 11.095,68 euros em relação ao ano de 2021.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra
Exercício - 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS GASTOS		Execução 2021	Orçamento 2022	Execução 2022	Variação 2021 vs 2022
75	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	346 770,69	447 350,00	490 137,37	143 366,68
751	SUBSÍDIOS DOS ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	332 554,41	411 850,00	428 421,20	95 866,79
7511	AUTORIDADE DE PROTEÇÃO CIVIL	245 498,58	290 000,00	309 723,82	64 225,24
7512	MUNICÍPIO DE COIMBRA	87 055,83	121 850,00	118 697,38	31 641,55
7513	IEFP	0,00	0,00	0,00	0,00
752	SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	37 060,25	37 060,25
7524	INEM	0,00	0,00	36 724,25	36 724,25
7525	IAPMEI - RMMG 2022	0,00	0,00	336,00	336,00
753	DOAÇÕES E HERANÇAS	14 216,28	35 500,00	24 655,92	10 439,64
7531	DONATIVOS ASSOCIAÇÕES/EMPRESAS/PARTICULARES	14 216,28	21 000,00	9 981,09	-4 235,19
7532	CONSIGNAÇÃO IRS	0,00	14 500,00	14 674,83	14 674,83

Tabela 9 – Subsídios à Exploração (Executado vs. Orçamentado)

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de subsídios à exploração superou o ano de 2021 em 143 366,68€.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra
Exercício - 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS GASTOS		Execução 2021	Orçamento 2022	Execução 2022	Variação 2021 vs 2022
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	34 298,63	60 025,20	65 264,98	30 966,35
781	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	15 755,45	33 725,20	0,00	-15 755,45
782	DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO	0,00	0,00	35,48	35,48
787	RENDIMENTOS E GANHOS INVEST.NÃO FINANCEIROS		0,00	24 050,00	24 050,00
788	OUTROS	18 543,18	26 300,00	41 179,50	22 636,32

Tabela 10 – Outros Rendimentos (Executado vs. Orçamentado)

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de outros rendimentos e ganhos ultrapassou o orçamentado no valor de 5.239,78€, nesta rubrica estão considerados o abate de uma viatura e à indmenização de uma ambulância.

2. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ASSOCIAÇÃO

Não sendo possível estimar, à presente data, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da Associação, os quais, a existirem, é nossa convicção, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

3. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção para emissão em 22 de março de 2023.

4. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra apresentou um resultado líquido do período positivo no montante de 23.971,47 euros (vinte e três mil novecentos e setenta e um euros e quarenta e sete cêntimos).

A Direção propõe que o resultado líquido do período de 2022 seja mantido na rubrica de resultados transitados.

Demonstrações Financeiras

Balanco analítico

O quadro que se segue apresenta ao balanço analítico no final do ano de 2022.

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 108 269,54	2 088 862,58
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	6	1 448,05	845,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2 109 717,59	2 089 708,57
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	7	5 135,05	6 849,32
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	8	7 545,36	7 203,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	9	31 429,45	47 008,38
Diferimentos	10	2 903,36	1 702,42
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	11	128 253,40	95 782,03
Subtotal		175 266,62	158 546,09
Total do Ativo		2 284 984,21	2 248 254,66
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	133 930,36	133 930,36
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	12	15 045,41	43 759,33
Excedentes de revalorização	12	1 006 398,50	1 006 398,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	813 351,93	814 742,88
Resultado Líquido do período		23 971,47	(28 713,92)
Total do fundo do capital		1 992 697,67	1 970 117,15
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	13	139 439,14	102 616,18
Outras contas a pagar			
Subtotal		139 439,14	102 616,18
Passivo corrente			
Fornecedores	14	95 799,43	52 655,49
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	8	4 919,51	4 397,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	13	11 342,00	25 272,00
Diferimentos	10		
Outras contas a pagar	15	40 786,46	93 196,14
Outros passivos financeiros			
Subtotal		152 847,40	175 521,33
Total do passivo		292 286,54	278 137,51
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 284 984,21	2 248 254,66

Coimbra, 22 de março de 2022

O Contabilista Certificado
(CC N.º 95921)

A Direção

Demonstração de resultados por Naturezas

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	16	98 163,36	86 972,50
Subsídios, doações e legados à exploração	17	490 137,37	346 770,69
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	18	(168 122,86)	(162 633,85)
Gastos com o pessoal	19	(391 190,31)	(270 408,68)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	20	65 264,98	34 298,63
Outros gastos e perdas	21	(6 069,95)	(26 991,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		88 182,59	8 008,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(61 570,78)	(33 891,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 611,81	(25 883,26)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	22	(2 640,34)	(2 830,66)
Resultados antes de impostos		23 971,47	(28 713,92)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		23 971,47	(28 713,92)

Coimbra, 22 de março de 2022

O Contabilista Certificado
(CC N.º 95921)

A Direção

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		138 255,29	114 246,46
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(128 697,32)	(166 387,73)
Pagamentos ao pessoal		(374 458,66)	(258 942,39)
Caixa gerada pelas operações		(364 900,69)	(311 083,66)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(46 925,15)	236 197,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(411 825,84)	(74 885,71)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(341 629,47)	(95 927,27)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(763,08)	(161,02)
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		24 050,00	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		773 498,96	159 008,87
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		455 156,41	62 920,58
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(8 218,86)	(31 111,82)
Juros e gastos similares		(2 640,34)	(2 830,66)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(10 859,20)	(33 942,48)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		32 471,37	(45 907,61)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	95 782,03	141 689,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	128 253,40	95 782,03

Coimbra, 22 de março de 2022

O Contabilista Certificado
(CC N.º 95921)

A Direção

Demonstração das alterações nos Fundos Próprios

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021		Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-ente							Unidade Monetária: Euros			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Translatados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	133 930,36	-	-	26 396,93	-	1 006 398,50	74 169,56	17 362,40	-	-	-
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
	Alterações de políticas contabilísticas											
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
	Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				17 362,40			759 115,70	(17 362,40)			
	Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							759 115,70	(17 362,40)			
	Ajustamentos por impostos diferidos											
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
2												
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
4-2+3	RESULTADO EXTENSIVO											
	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	Fundos											
	Subsídios, doações e legados											
	Outras operações											
5	POSICÃO NO FIM DO ANO 2021	133 930,36	-	-	43 759,33	-	1 006 398,50	814 742,88	(28 713,92)	-	-	-
6-1+2+3+4												
6	Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022											
	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	133 930,36	-	-	43 759,33	-	1 006 398,50	814 742,88	(28 713,92)	-	-	-
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
	Alterações de políticas contabilísticas											
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
	Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
	Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
	Ajustamentos por impostos diferidos											
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
7												
8	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
9-7+8	RESULTADO EXTENSIVO											
	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	Fundos											
	Subsídios, doações e legados											
	Outras operações											
10	POSICÃO NO FIM DO ANO 2022	133 930,36	-	-	15 045,41	-	1 006 398,50	813 351,93	23 971,47	-	-	-

Coimbra, 22 de março de 2022

O Contabilista Certificado
(CC N.º 95921)

A Direção

Anexo

1. Identificação da Entidade

Associação Humanitária De Bombeiros Voluntários De Coimbra
Avenida Fernão de Magalhães, 178, código postal 3000-176 Coimbra

Fundada em 1989 a AHBVC é uma Instituição de utilidade pública que presta relevantes e continuados serviços à comunidade tais como: a) A prevenção e o combate a incêndios; b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes; c) O socorro a naufragos e buscas subaquáticas; d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica; e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros; f) A participação em outras actividades de protecção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas; g) O exercício de actividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações; h) A participação em outras acções e o exercício de outras actividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respectivas entidades detentoras; i) A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As Demonstrações Financeiras do período de N foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não aplicável

2.3. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Não aplicável

2.4. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Não aplicável

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua

apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Com exceção da rubrica “edifícios e outras construções”, Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, o qual corresponde a 3 anos.

O valor residual de um “Ativo intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se: (i) Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou (ii) Houver um mercado ativo para este Ativo, e (ii) Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão

diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Clientes e outros ativos correntes

Os “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

3.2.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.2.7. Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por: (i) fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros; (ii) fundos acumulados e outros excedentes; (iii) subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da

Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo anexo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência só se confirmará pela ocorrência, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.9. Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o despectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21 % sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87 do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-3 a N ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.10. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cáritas cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são imputados à demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.12. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.13. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de N.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

3.2.14. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2.16. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

3.2.17. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

5.1. Outros Ativos Fixos Tangíveis

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 006 398,50	-	-	-	-	1 006 398,50
Edifícios e outras construções	1 044 621,16	14 584,50	-	-	-	1 059 205,66
Equipamento básico	378 999,33	11 191,94	-	-	-	390 191,27
Equipamento de transporte	338 657,60	55 201,30	-	-	-	393 858,90
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,02	-	-	-	-	21 452,02
Outros Ativos fixos tangíveis	11 708,80	-	-	-	-	11 708,80
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	2 801 837,41	80 977,74	-	-	-	2 882 815,15
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	68 644,16	20 000,93	-	-	-	88 645,09
Equipamento básico	324 401,25	20 232,14	-	-	-	344 633,39
Equipamento de transporte	286 602,49	21 337,71	-	-	-	307 940,20
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,20	-	-	-	-	21 452,20
Outros Ativos fixos tangíveis	11 874,73	-	-	-	-	11 874,73
Total	712 974,83	61 570,78	-	-	-	774 545,61

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 006 398,50	-	-	-	-	1 006 398,50
Edifícios e outras construções	69 937,30	-	-	974 683,86	-	1 044 621,16
Equipamento básico	378 999,33	-	-	-	-	378 999,33
Equipamento de transporte	293 657,60	45 000,00	-	-	-	338 657,60
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,02	-	-	-	-	21 452,02
Outros Ativos fixos tangíveis	11 708,80	-	-	-	-	11 708,80
Investimentos em Curso	923 756,59	50 927,27	-	(974 683,86)	-	-
Total	2 705 910,14	95 927,27	-	-	-	2 801 837,41
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	68 125,78	518,38	-	-	-	68 644,16
Equipamento básico	304 107,65	20 293,60	-	-	-	324 401,25
Equipamento de transporte	273 523,02	13 079,47	-	-	-	286 602,49
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,20	-	-	-	-	21 452,20
Outros Ativos fixos tangíveis	11 874,73	-	-	-	-	11 874,73
Total	679 083,38	33 891,45	-	-	-	712 974,83

6. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Investimentos Financeiros” apresentava os seguintes valores:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Investimentos Financeiros	1 448,05	845,99
- Fundo de compensação do Trabalho	1 448,05	845,99
- Fundo de reestruturação do setor solidário	-	-
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Total	1 448,05	845,99
Perdas por reduções de justo valor	-	-
Ganhos por aumento de justo valor	-	-

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar entregas de 1% sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até

50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS), o qual se destina a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam. A Portaria n.º 31/2016, de 5 de fevereiro, veio estabelecer o seu funcionamento operacional, estabeleceu ainda a respetiva política de investimento, os critérios de acesso, os termos e as condições de concessão dos apoios financeiros a atribuir no âmbito do FRSS.

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c	5 745,65	7 699,92
Cientes	5 745,65	7 699,92
Utentes	-	-
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	850,60	850,60
Cientes	850,60	850,60
Utentes	-	-
Outras Contas a Receber	240,00	
Total	5 135,05	6 849,32

8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 545,36	7 203,94
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	7 545,36	7 203,94
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	23,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	881,00	721,00
Segurança Social	4 038,51	3 610,61
Outros Impostos e Taxas	-	43,09
Total	4 919,51	4 397,70

9. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” apresenta em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores		7 872,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	31 429,45	36 060,78
Autoridade Proteção Civil	31 429,45	22 266,31
Câmara Municipal de Coimbra	-	13 794,47
Outros Devedores	-	3 075,60
Entidades Devedoras de Subsídios		
Subsídios a Receber		
Outros		3 075,60
Perdas por Imparidade	-	-
Total	31 429,45	47 008,38

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 779,88	1 702,42
Outros	123,48	-
Indemnização	-	-
Total	2 903,36	1 702,42
Rendimentos a reconhecer		
Outros (Subsídios ao Investimento)		
Total	-	-

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Caixa	1 727,14	2 352,67
Depósitos à ordem	126 526,26	93 429,36
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	128 253,40	95 782,03

12. Fundos patrimoniais

Nos “Fundos patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	133 930,36	-	-	133 930,36
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	43 759,33	-	(28 713,92)	15 045,41
Excedentes de revalorização	1 006 398,50	-	-	1 006 398,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	814 742,88	-	(1 390,95)	813 351,93
Total	1 998 831,07	-	(30 104,87)	1 968 726,20

Na rubrica Resultados Transitados foi considerado o resultado líquido do período findo em 2021.

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a entidade apresenta os seguintes valores relativos a “Financiamentos obtidos”:

Descrição	2022		2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos Bancários		105 413,14	25 272,00	102 616,18
Leasings	11 342,00	34 026,00	-	
Total	11 342,00	139 439,14	25 272,00	102 616,18

14. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” encontra-se discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	95 799,43	52 655,49
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	95 799,43	52 655,49

15. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	24 327,52
Credores por acréscimos de gastos	-	40 771,36	-	32 233,05
Remunerações a liquidar	-	31 909,00	-	26 643,64
Outros acréscimos	-	8 862,36	-	5 589,41
Outros credores	-	15,10	-	36 635,57
Cauções	-	-	-	36 635,57
Outros acréscimos	-	15,10	-	283,97
Total	-	40 786,46	-	93 196,14

16. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Vendas e Serviços Prestados”:

Descrição	2022	2021
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	98 163,36	86 972,50
Quotas e Jóias	55 519,23	44 423,55
Serviços de ambulância	9 418,75	
Outros Serviços	33 225,38	42 548,95
Total	98 163,36	86 972,50

17. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2022	2021
Autoridade de Proteção Civil	309 723,82	245 498,58
Subsídios de Outros Organismos do Setor Público	155 757,63	87 055,83
CMC	118 697,38	87 055,83
Outros	37 060,25	-
Subsídios de Outras Entidades	-	14 216,28
Doações	24 655,92	-
Total	490 137,37	346 770,69

18. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	67 713,13	91 563,22
Materiais	23 408,39	7 979,18
Energia e fluidos	42 634,36	33 918,51
Deslocações, estadas e transportes	588,95	150,78
Serviços diversos	33 778,03	29 022,16
Rendas e alugueres	616,44	408,82
Comunicação	5 265,75	4 458,43
Seguros	4 983,22	6 012,39
Contencioso e notariado	146,44	140,71
Despesas de representação	-	56,46
Limpeza, higiene e conforto	19 677,94	17 829,37
Outros serviços	3 088,24	115,98
Outros Custos Operacionais	-	-
Total	168 122,86	162 633,85

19. Gastos com o pessoal

O número médio de funcionários ao serviço da Instituição em 2022 foi de 15, em 2021 foi de 14. Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	192 088,97	127 340,34
Compensação Corpo Voluntário	152 151,52	110 448,80
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	35 816,24	24 301,66
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 621,78	7 284,40
Gastos de Acção Social	23,95	-
Outros Gastos com o Pessoal	4 487,85	1 033,48
Total	391 190,31	270 408,68

20. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Consignação IRS	-	15 755,45
Outros rendimentos e ganhos	65 264,98	0,8
Subsídios ao Investimento	-	18 542,38
Total	65 264,98	34 298,63

21. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Correções exercícios anteriores	5 507,13	26 619,15
Outros Gastos e Perdas	562,82	371,95
Total	6 069,95	26 991,10

22. Resultados financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	2 640,34	2 830,66
Total	2 640,34	2 830,66
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(2 640,34)	(2 830,66)

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de N foram aprovadas pela Direção para emissão em 22 de março de 2023.

28. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, 22 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

A Direção

(CC N.º 95921)
